



A Situação Demográfica Recente em Portugal

Autoras:

Maria José Carrilho,

Instituto Nacional de Estatística, Gabinete do Presidente/Projectos Especiais

E-mail: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Sociais

E-mail: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo

A população portuguesa continua a crescer em 2003, embora com um ritmo mais modesto, resultado da diminuição quer do saldo natural quer do migratório. A imigração permanece como a componente principal da dinâmica populacional.

A baixa da fecundidade e da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida, sobretudo entre os homens, e as fortes correntes imigratórias são os aspectos marcantes da evolução demográfica recente.

A diminuição do número de casamentos e o acréscimo tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como dos divórcios sugerem mutações nos modelos familiares em Portugal.

Analisam-se, no presente trabalho, os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas grandes alterações ocorridas na estrutura da população e que originaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

Palavras-chave:

Fecundidade, Mortalidade Infantil, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento Demográfico.

The demographic changes in Portugal

Abstract:

The current pace of population growth is the result of a strong and positive net migration.

The decline fertility and infant mortality, the increase life expectancy, more rapid among men, and the substantial immigratory flux are the remarkable aspects of the demographic evolution in Portugal.

The fall in the number of marriages and the rise in both the number of wedlock births and the number of divorces suggest the new familiar models in Portugal.

The aim is to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and the inevitable consequence in its ageing.

Key words: fertility, infant mortality, life expectancy, migrations, demographic ageing.

Introdução

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas intercensitárias para o período 1991-2000 e as estimativas provisórias pós-censitárias para os anos de 2001-2003, assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas no Inquérito de Qualidade. As referidas estimativas de população residente reportam-se à geografia existente à data da realização dos Censos.

Assim, a nova *Situação Demográfica Recente em Portugal* dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 34 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2003, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações significativas.

Escolheu-se como período de análise os anos entre 1 de Janeiro de 1994 e 1 de Janeiro de 2004 com o objectivo de abarcar a primeira fase de implementação do Programa de Acção adoptado na Conferência de População e Desenvolvimento realizada em 1994, no Cairo. Deste modo, consegue-se uma avaliação das metas demográficas em Portugal.

As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos revelam-se no longo prazo, o que determina uma análise de algumas variáveis para um período de tempo mais vasto do que o período seleccionado.

Os modelos de vida familiar diversificaram-se em Portugal e a família está directamente implicada na construção do modelo demográfico em vigor, aspectos estes analisados nos números temáticos da Revista de Estudos Demográficos, n.ºs 33 e 35.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, no período de 1993-2003, caracteriza-se pela redução do saldo natural, induzida pela queda da natalidade, por fortes saldos migratórios, os quais se tornaram positivos em 1993 e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Em 31 de Dezembro de 2003 a população residente em Portugal foi estimada em 10 474 685 indivíduos, dos quais 5 066 308 homens e 5 408 377 mulheres. Comparativamente ao ano anterior a população residente aumentou 67 220 indivíduos, ou seja 0,64%, o que significa uma desaceleração do ritmo. O acréscimo manteve-se mais acentuado nos homens (0,71%) do que nas mulheres (0,58%).

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 1993-2003

Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998
População Residente Média (milhares)	9 982,6	10 004,1	10 030,4	10 057,9	10 091,1	10 129,3
População Residente em 31.XII (milhares)	9 990,6	10 017,6	10 043,2	10 072,5	10 109,7	10 148,9
Relação de Masculinidade (%)	93,0	93,0	93,0	93,1	93,1	93,1
Nados vivos	113 949	109 213	107 084	110 243	112 933	113 384
Óbitos	105 950	99 232	103 475	106 881	104 778	106 198
Saldo Natural	7 999	9 981	3 609	3 362	8 155	7 186
Saldo Migratório	8 000	17 000	22 000	26 000	29 000	32 000
Acréscimo Populacional	15 999	26 981	25 609	29 362	37 155	39 186
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,10	0,04	0,03	0,08	0,07
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,08	0,17	0,22	0,26	0,29	0,32
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,16	0,27	0,26	0,29	0,37	0,39

Anos	1999	2000	2001	2002	2003
População Residente Média (milhares)	10 171,9	10 225,8	10 293,0	10 368,4	10 441,1
População Residente em 31.XII (milhares)	10 195,0	10 256,7	10 329,3	10 407,5	10 474,7
Relação de Masculinidade (%)	93,2	93,3	93,4	93,5	93,7
Nados vivos	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515
Óbitos	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795
Saldo Natural	8 131	14 644	7 682	8 125	3 720
Saldo Migratório	38 000	47 000	65 000	70 000	63 500
Acréscimo Populacional	46 131	61 644	72 682	78 125	67 220
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,08	0,14	0,07	0,08	0,04
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,37	0,46	0,63	0,68	0,61
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,45	0,60	0,71	0,75	0,64

Fonte: Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta as taxas de cobertura dos Censos 1991 e 2001

A principal causa do crescimento da população, à semelhança do que se vem observando desde 1994, foi o saldo migratório positivo (0,61%), pois o saldo natural permaneceu fraco (0,04%).

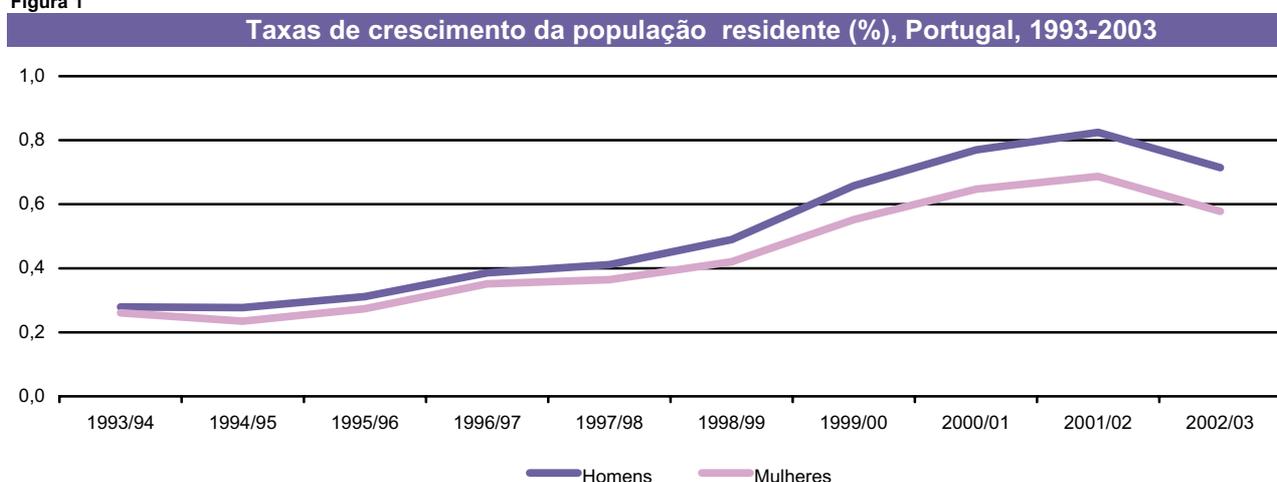
O número de nados vivos (1,6%) e o de óbitos (- 2,4%) registam evoluções opostas face a 2002, facto que explica a redução do saldo natural para metade (3 720). Ambas as variações se podem inscrever nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo, que estes acontecimentos observam.

Estima-se que em 2003, o saldo migratório tenha atingido cerca de 63 500 indivíduos (72 400 entradas e 8 900 saídas), valor inferior em 6 500 ao do ano anterior, dado o desacelerar dos fluxos de entrada. Nos últimos anos a imigração ganhou importância, em particular a com origem nos países da Europa de Leste e do Brasil.

O ritmo de crescimento da população residente em Portugal acentuou-se particularmente a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX.

Entre 1 de Janeiro de 1994 e 31 de Dezembro de 2003 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 500 mil pessoas, evoluindo segundo uma taxa moderada de 0,56%, média anual.

Figura 1



Com base nos diferentes comportamentos das variáveis demográficas pode dividir-se o período em análise em três fases:

Na primeira fase, de 1993 a 1996, a variação da população atingiu cerca de 107 mil indivíduos, sendo 60% explicada pelo saldo migratório. Este período é marcado por saldos naturais tendencialmente mais fracos, pertencendo aos anos de 1995 e 1996 os menores valores. A taxa média anual de crescimento da população foi fraca (0,27%).

Entre 1996 e 2000, anos que correspondem à *segunda fase* de evolução demográfica recente, o ritmo de crescimento da população acelera (0,45%) e quase duplica comparativamente à fase anterior. Tanto a componente natural como a migratória observam uma recuperação de níveis. No entanto, o saldo natural enfraquece a sua importância relativa no crescimento da população, justificando apenas 19% do mesmo enquanto a componente migratória reforça a sua posição e representa 81%.

A *última fase* coincide com os três primeiros anos do século XXI durante os quais a população evoluiu segundo uma taxa média anual de 0,70%. Caracteriza-se por fortes saldos migratórios, com tendência para desacelerar o ritmo e fracos saldos naturais.

De 1993 a 2003 o saldo natural reduziu-se mais de metade (54%) passando de cerca de 8 000 indivíduos para 3 720, apesar dos aumentos conjunturais da natalidade nos últimos anos do século passado.

Tendo como comparação a Europa alargada a 25 países, Portugal revela um ritmo superior ao da média estimada pelo Eurostat¹ (UE25= 0,41% em 2003) e uma evolução no mesmo sentido. O Chipre detém a taxa de crescimento mais alta (2,2%), seguida da Espanha (1,6%) e da Irlanda (1,5%) e a Dinamarca a mais baixa (0,4%). A Alemanha, Grécia e Itália continuam a observar aumentos de população exclusivamente resultantes da imigração, dado que os saldos naturais são negativos.

No entanto, as comparações internacionais ainda devem ser cautelosas, pois o documento do Eurostat não clarifica se os países membros que realizaram a última vaga de Censos concluíram a revisão da série retrospectiva das estimativas de população com base nos novos resultados.

Norte (35%) e Lisboa e Vale do Tejo (34%) são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2003, nas NUTS Norte e Centro (52,5%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração eleva-se a 86,5%, percentagem praticamente igual à observada em 1993.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão e meio de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (4,8%). Ao contrário, o Alentejo e a região Autónoma da Madeira observaram perdas de população, sendo a mais significativa a ocorrida na Madeira.

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.² Ao Norte, às Regiões Autónomas e a Lisboa e Vale do Tejo pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso das duas NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas, bem mais intenso em Lisboa e Vale do Tejo, justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século. Em contraste, é no Centro, no Alentejo e no Algarve que se localizam as taxas de crescimento natural negativas, acumulando esta última região a taxa migratória mais forte do país.

Descendo a um nível geográfico mais fino, denota-se que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular as regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

2. Natalidade e Fecundidade

O número de nados vivos de mães residentes em Portugal diminuiu em 2003 para 112 515, ou seja, 1,26% face a 1993. A variável voltou a inverter o andamento positivo observado em 2002, mas o ritmo de variação registado foi inferior ao manifestado na segunda metade dos anos noventa.

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 1993-2003						
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Nados vivos	113 949	109 213	107 084	110 243	112 933	113 384
Relação de masculinidade à nascença	105	107	108	108	106	107
Nados vivos fora do casamento	19 298	19 464	19 972	20 563	22 063	22 802
Nados Vivos fora do casamento (%)	16,9	17,8	18,7	18,7	19,5	20,1
Nados Vivos fora do casamento com coabitação			15297	15534	16774	17196
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)			76,6	75,5	76,0	75,4
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação			4675	5029	5289	5606
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)			23,4	24,5	24,0	24,6
Taxa de Natalidade (‰)	11,4	10,9	10,7	11,0	11,2	11,2
Índice Sintético de Fecundidade	1,51	1,44	1,41	1,44	1,47	1,48
Idade média ao nascimento do 1º filho (anos)	25,2	25,4	25,6	25,8	25,9	26,1
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	27,5	27,6	27,8	28,0	28,1	28,3
Taxa de Reprodução Bruta	0,738	0,704	0,688	0,705	0,719	0,717
Taxa de Reprodução Líquida	0,717	0,685	0,669	0,685	0,700	0,698

Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Nados vivos	116 002	120 008	112 774	114 383	112 515
Relação de masculinidade à nascença	106	108	107	108	107
Nados vivos fora do casamento	24 186	26 642	26 814	29 117	30 236
Nados Vivos fora do casamento (%)	20,8	22,2	23,8	25,5	26,9
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	18 028	20 190	20 062	23 308	24 219
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,5	75,8	74,8	80,0	80,1
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6158	6452	6752	5809	6017
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,5	24,2	25,2	20,0	19,9
Taxa de Natalidade (‰)	11,4	11,7	11,0	11,0	10,8
Índice Sintético de Fecundidade	1,51	1,56	1,46	1,47	1,444
Idade média ao nascimento do 1º filho (anos)	26,4	26,5	26,8	27,0	27,4
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,5	28,6	28,8	29,0	29,2
Taxa de Reprodução Bruta	0,736	0,760	0,712	0,719	0,705
Taxa de Reprodução Líquida	0,718	0,743	0,697	0,704	0,695

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001, 2002 e 2003. A informação sobre a coabitação iniciou-se em 1995.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência no país multiplicaram por três a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 1995 e 2003, ano a que ascenderam a 7,1%.

As mães com nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (PALPs) continuam a deter a parte mais importante, e sempre crescente dos nados vivos: 1,3% em 1995 contra 3,8% em 2003.

De ressaltar a tendência em alta dos nascimentos de filhos de mães imigrantes provenientes de países da Europa do Leste (0,06% em 1995 e 1,35% em 2003). Os filhos de mães nacionais da Ucrânia assumem-se, entre estes, como os mais importantes e representam quase metade.

O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem nacionalidade estrangeira, largamente superior ao das mães de nacionalidade portuguesa, marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal, embora a análise só possa ser feita a partir de 1995, ano em que a variável nacionalidade passou a ser inquirida.

Se se considerar a variação positiva da natalidade ocorrida no período entre 1995 e 2003 (5 431) consta-se que cerca de dois terços é explicada pelo nascimento de filhos de mães estrangeiras, sendo a maior parte de mães com origem nos PALPs. Este incremento atenuou os efeitos no saldo natural resultantes da baixa de natalidade das mães portuguesas observada desde o início do século XXI.

Quadro 3

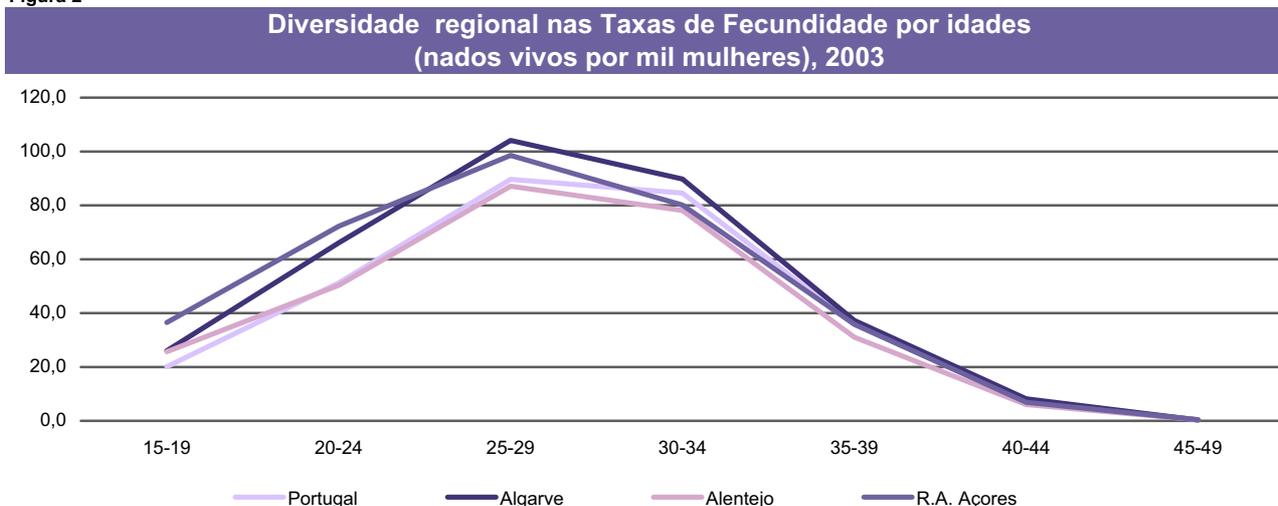
Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 1995-2003														
País Nacionalidade	1995		1997		1999		2000		2001		2002		2003	
	nº	%												
TOTAL	107 097		112 933		116 002		120 008		112 774		114 383		112 515	
Europa	105 139	98,17	110 586	97,92	111 758	96,34	115 110	95,92	107 934	95,71	108 622	94,96	106 816	94,93
UE 15	105 078		110 516		111 629		114 958		107 553		107 428		105 299	
Portugal	104 717	97,70	110 161	97,55	110 894	95,60	114 174	95,14	106 869	94,76	106 683	93,27	104 484	92,86
Alemanha	61	0,06	59	0,05	115	0,10	104	0,09	101	0,09	80	0,07	110	0,10
Bélgica	14	0,01	6	0,01	15	0,01	19	0,02	14	0,01	21	0,02	17	0,02
Espanha	81	0,08	69	0,06	120	0,10	120	0,10	99	0,09	132	0,12	147	0,13
França	53	0,05	73	0,06	333	0,29	356	0,30	280	0,25	340	0,30	330	0,29
Itália	14	0,01	15	0,01	17	0,01	36	0,03	24	0,02	25	0,02	31	0,03
Países Baixos	42	0,04	42	0,04	25	0,02	40	0,03	44	0,04	44	0,04	44	0,04
Reino Unido	74	0,07	73	0,06	79	0,07	75	0,06	95	0,08	70	0,06	108	0,10
Outros países U.E.	22	0,02	18	0,02	31	0,03	34	0,03	27	0,02	33	0,03	28	0,02
Outros países Europa	61	0,06	70	0,06	130	0,11	152	0,13	381	0,34	1194	1,04	1517	1,35
Moldava					5	0,00	21	0,02	63	0,06	175	0,15	223	0,20
Roménia	7	0,01	9	0,01	23	0,02	29	0,02	83	0,07	276	0,24	384	0,34
Ucrânia	1	0,00	4	0,00	8	0,01	17	0,01	120	0,11	481	0,42	590	0,52
Rússia	7	0,01	9	0,01	15	0,01	17	0,01	46	0,04	101	0,09	131	0,12
África	1 425	1,33	1 788	1,58	3 387	2,92	3 928	3,27	3 649	3,24	3 873	3,39	3 469	3,08
Angola	376	0,35	542	0,48	1 353	1,17	1 559	1,30	1 396	1,24	1 496	1,31	1 277	1,13
Cabo Verde	665	0,62	697	0,62	931	0,80	1 156	0,96	1 136	1,01	1 260	1,10	1 119	0,99
Guiné Bissau	206	0,19	281	0,25	464	0,40	495	0,41	495	0,44	490	0,43	483	0,43
Moçambique	34	0,03	58	0,05	244	0,21	250	0,21	218	0,19	185	0,16	163	0,14
S.Tomé e Princ.	112	0,10	166	0,15	276	0,24	322	0,27	278	0,25	306	0,27	279	0,25
Total dos PALPS	1 393	1,30	1 744	1,56	3 268	2,83	3 782	2,83	3 523	2,83	3 737	3,83	3 321	3,83
Outros Países	32	0,03	44	0,04	119	0,10	146	0,12	126	0,11	136	0,12	148	0,13
América	425	0,40	406	0,36	653	0,56	716	0,60	920	0,82	1 567	1,37	1 856	1,65
América do Norte	54	0,05	70	0,06	91	0,08	93	0,08	78	0,07	109	0,10	107	0,10
América Central e Sul	371	0,35	336	0,30	562	0,48	623	0,52	842	0,75	1 458	1,27	1 749	1,55
Brasil	281	0,26	267	0,24	412	0,36	469	0,39	711	0,63	1 309	1,14	1 568	1,39
Outros Países														
Ásia e Oceania	81	0,08	123	0,11	182	0,16	232	0,19	255	0,23	304	0,27	372	0,33
China	45	0,04	86	0,08	119	0,10	158	0,13	160	0,14	212	0,19	257	0,23
Total de nados vivos de mães estrangeiras	2 380	2,22	2 772	2,45	5 108	4,42	5 834	4,86	5 905	5,24	7 700	6,73	8 031	7,14

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A taxa bruta de natalidade manteve-se estável nos dois últimos anos em análise e ronda os 11 nascimentos com vida por mil habitantes. O nível da natalidade é superior ao estimado pelo Eurostat³ para o conjunto dos 25 países membros (10,4 por mil habitantes em 2003). A taxa mais elevada continua a pertencer à Irlanda (15,4% valor estimado para 2003), país que só muito recentemente deixou de assegurar as gerações. O valor mais baixo localiza-se na Alemanha e na Eslovénia, ambos com 8,7 nados vivos por mil habitantes. Tendo presente a limitações do indicador, que não reflecte a estrutura por idades, pode afirmar-se que a taxa bruta de natalidade segue a evolução registada em outros países da Europa Comunitária. De notar que a Espanha, Grécia e Itália, que no passado recente detinham taxas com níveis muito fracos, apresentam uma ligeira tendência em alta nos valores do indicador. Por outro lado, muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária.

Em Portugal é nas Regiões Autónomas dos Açores (12,9‰) e da Madeira (13,1‰) que o indicador regista, em 2003 os valores mais elevados. Em oposição, é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa no caso das NUTS antigas (8,8‰) e 9,0‰, considerando as NUTS Novas (NUTS 2003).

Figura 2



O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há vinte anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu cerca de cinco anos mais tarde do que em Itália embora nunca tenha alcançado níveis tão baixos como neste país.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a deslocar-se do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 1993, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 76,3‰ e no final do período em análise, ou seja em 2003, situava-se em 37,7‰; evolução inversa sofreu o grupo etário dos 30-34 anos que subiu de 20,8‰ para 35,5‰ ao longo do mesmo período.

Quadro 4

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 1995-2003									
Idades	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1ª ordem									
20-24	48,7	48,1	47,6	45,8	46,7	47,8	41,9	40,9	37,7
25-29	53,7	55,5	56,7	56,7	60,1	61,3	56,0	58,0	56,4
30-34	20,8	22,3	23,8	25,6	27,9	30,7	30,1	33,1	35,5
35-39	5,0	5,5	5,9	6,1	8,1	8,4	8,0	8,7	9,3
2ª ordem									
20-24	12,7	12,7	12,9	12,7	12,2	12,3	12,0	11,3	10,9
25-29	34,3	34,3	34,1	32,6	31,6	31,8	29,4	28,0	26,6
30-34	32,9	35,5	37,3	39,0	39,0	40,7	38,3	38,2	37,7
35-39	9,3	10,4	11,5	13,1	14,0	15,2	15,5	16,0	16,2

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

A taxa de fecundidade de primeira e segunda ordem só aumentou nas faixas etárias acima dos trinta anos.

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência nestas faixas etárias. Desde 1993 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2003, 36,5‰, enquanto as mais baixas se conservam no Centro (16,4‰) e no Norte (17,3‰). Lisboa e Vale do Tejo agravou a taxa de fecundidade entre as adolescentes de 20,8‰ em 1993 para 21,7‰ em 2003.

O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente. Em 2003, a região que apresenta o mais baixo índice sintético de fecundidade é a região do Centro, do Norte e do Alentejo (1,4 crianças por mulher) os mais elevados mantêm-se na Região Autónoma dos Açores e no Algarve (1,7 crianças por mulher).

O índice sintético de fecundidade é ligeiramente inferior ao estimado para a UE (1,48 crianças por mulher). De referir que o espaço comunitário registou um ténue acréscimo do indicador, comparativamente ao ano anterior, em particular na Suécia (1,71) que mantém a tendência em alta (1,57 em 2001 e 1,65 em 2002) o Reino Unido, igualmente com 1,71 (1,64 em 2002). O nível mais elevado permanece na Irlanda (1,98) e os mais baixos no Chipre com 1,16 crianças por mulher, nível muito próximo dos observados na Eslováquia (1,17) e na República Checa (1,18). Os níveis de fecundidade alcançados na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida pois cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que se prolongou no início do século XXI. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhos revela-se, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Entre 1993 e 2003 as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 2,2 anos. As mulheres tiveram em 2003, o primeiro filho com a idade de 27,4 anos em média.

É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, rondando a idade média à primeira maternidade os 25 anos e é em Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, próxima dos 28 anos.

Quase 3 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento de 16,9% em 1993 para 26,9% em 2003 surge como outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da observada na UE (30,2% em 2003). Dentro dos países com informação disponível para 2002 a Espanha ocupa a posição mais fraca (3,9%) e a Suécia a mais elevada (56,6%). Embora com ligeiras oscilações pode afirmar-se que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta. Em Portugal, o aumento, traduzido numa taxa de variação no período em análise, de cerca de 60%, conjugado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum. Os nados vivos fora do casamento têm uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (42,2%) e de Lisboa e Vale do Tejo (36,9%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se na Região Autónoma dos Açores (16,9%) no Norte (17,5%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é menor.

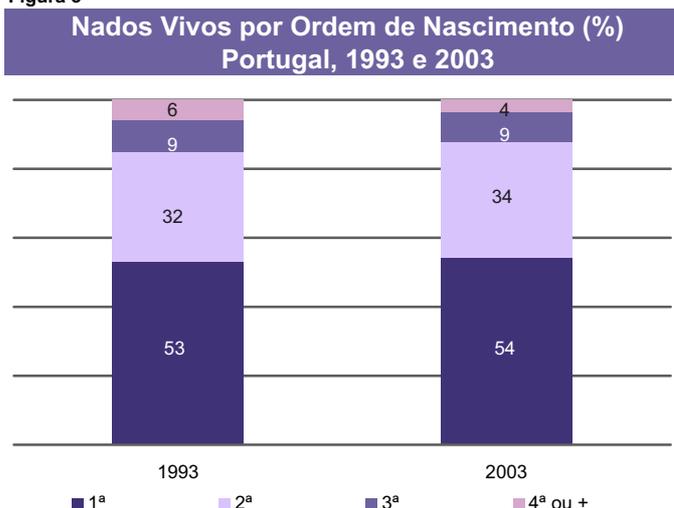
Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 54,4% em 2003, contra 53,2% em 1993. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise (33,6% em 2003 contra 31,9 em 1993), reflectindo a andamento da curva da natalidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,5% em 2003. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem nos anos mais recentes valores muito pouco expressivos.

3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2003, celebraram-se 53 735 casamentos confirmando-se a redução observada no ano anterior tendo a taxa bruta de nupcialidade descido para 5,1‰.

Importa referir que Portugal observa a segunda taxa de nupcialidade mais elevada da UE cuja média foi estimada em 4,8‰ em 2003⁴, valor idêntico ao do ano anterior. O valor mais elevado é pertença da Dinamarca (6,5‰) e o mais baixo, da Eslovénia (3,4‰, valor provisório) e da Bélgica (3,9‰, valor provisório). A Suécia regista dos níveis mais baixos (4,4‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 45%, nível bastante acima da média comunitária, parece indiciar a formalização da vivência em comum.

Figura 3



Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 1993-2003						
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Casamentos	68 176	66 003	65 776	63 672	65 770	66 598
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	6,8	6,6	6,6	6,3	6,5	6,6
Idade média ao 1º casamento						
Homens	26,5	26,7	26,8	27,0	27,1	27,2
Mulheres	24,7	24,8	24,9	25,1	25,3	25,4
Idade média ao casamento (anos)						
Homens	28,3	28,4	28,6	28,8	28,9	29,0
Mulheres	25,6	25,7	25,9	26,2	26,4	26,5
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos						
Homens	0,81	0,78	0,77	0,73	0,76	0,76
Mulheres	0,82	0,79	0,78	0,75	0,78	0,79
Divórcios	12 093	13 582	12 322	13 429	14 078	15 098
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,2	1,4	1,2	1,3	1,4	1,5
Idade média ao divórcio (anos)						
Homens	39,7	39,7	40,5	41,4	41,0	40,9
Mulheres	37,6	37,2	38,2	39,0	38,5	38,3
Divórcios/Casamento	17,7	20,6	18,7	21,1	21,4	22,7
Taxa Bruta de Viuvez (‰)						
Homens	3,0	2,7	2,9	2,9	2,8	2,8
Mulheres	6,5	6,1	6,3	6,5	6,4	6,3

Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Casamentos	68 710	63 752	58 390	56 467	53 735
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	6,8	6,2	5,7	5,4	5,1
Idade média ao 1º casamento					
Homens	27,3	27,5	27,8	28,0	28,4
Mulheres	25,6	25,7	26,1	26,4	26,8
Idade média ao casamento (anos)					
Homens	29,1	29,3	29,8	30,0	30,5
Mulheres	26,7	26,9	27,4	27,6	28,2
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos					
Homens	0,79	0,72	0,65	0,64	0,63
Mulheres	0,82	0,76	0,69	0,67	0,67
Divórcios	17 676	19 104	18 851	27 708	22 617
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,7	1,9	1,8	2,7	2,2
Idade média ao divórcio (anos)					
Homens	40,3	40,9	40,8	40,3	40,5
Mulheres	37,8	38,4	38,2	37,8	39,3
Divórcios/Casamento	25,7	30,0	32,3	49,1	42,1
Taxa Bruta de Viuvez (‰)					
Homens	2,8	2,7	2,7	2,7	2,7
Mulheres	6,4	6,3	6,2	6,2	6,2

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 1993-2003											
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Casamentos de mulheres solteiras	94,40	94,19	93,69	92,89	93,19	93,07	92,94	92,33	91,46	91,89	90,15
Casamentos de homens solteiros	91,58	91,32	90,82	90,41	90,76	90,63	90,64	90,03	89,09	89,16	87,73
Casamentos de mulheres viúvas	1,10	1,04	1,05	1,07	0,93	1,00	0,94	0,94	1,04	0,82	0,93
Casamentos de homens viúvos	2,11	1,93	1,96	1,72	1,73	1,66	1,54	1,59	1,66	1,38	1,42
Casamentos de mulheres divorciadas	4,50	4,77	5,25	6,05	5,87	5,93	6,12	6,74	7,49	7,28	8,92
Casamentos de homens divorciados	6,30	6,75	7,22	7,87	7,51	7,71	7,82	8,38	9,25	9,46	10,85

Fonte: Estatísticas Demográficas

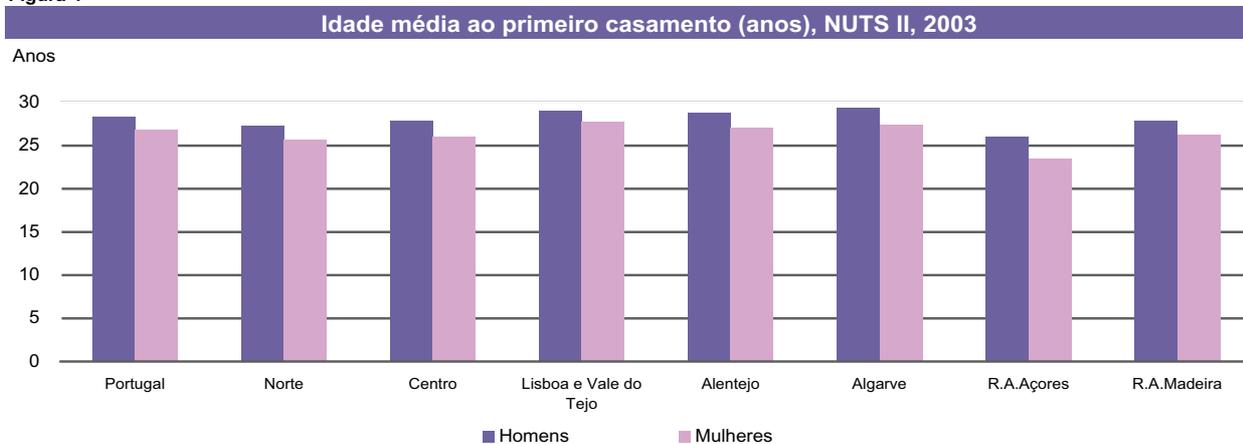
A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 8,9% entre as mulheres e 10,9% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens (1,4%), mas com tendência para baixar, à semelhança do que ocorre com as mulheres, facto que pode indiciar uma opção de viver só ou eventualmente, em coabitação.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 67% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2003, valor que baixa para 63% nos homens.

Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 1993, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 26,5 anos, idade que se elevou para os 28,4 anos em 2003. Nas mulheres o adiamento é mais forte, com a idade a aumentar dos 24,7 para os 26,8 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve que tantos os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde. Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (26 anos para os homens e 23,5 para as mulheres em 2003).

Figura 4



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança recente da legislação que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil. Em 2003, a variável retoma a tendência anterior, situando-se a taxa bruta de divorcialidade em 2,2 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

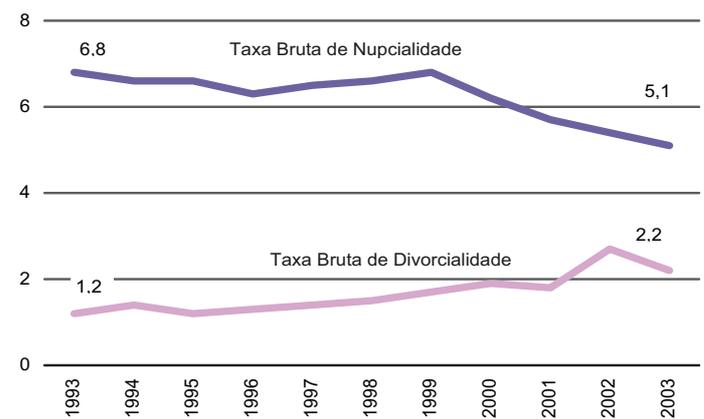
Portugal regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária e bastante superior à observada nos países da Europa do Sul, duplicando as verificadas em Espanha e Grécia no ano de 2002.

A República Checa, Bélgica, Lituânia, Estónia e Dinamarca com níveis mais próximos de 3 % possuem as taxas mais elevadas, seguido da Finlândia com (2,6 %), em 2003.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, actualmente, os 40 anos para os homens e os 39 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

Figura 5

Taxas brutas de Nupcialidade e Divorcialidade (%), Portugal, 1993 - 2003

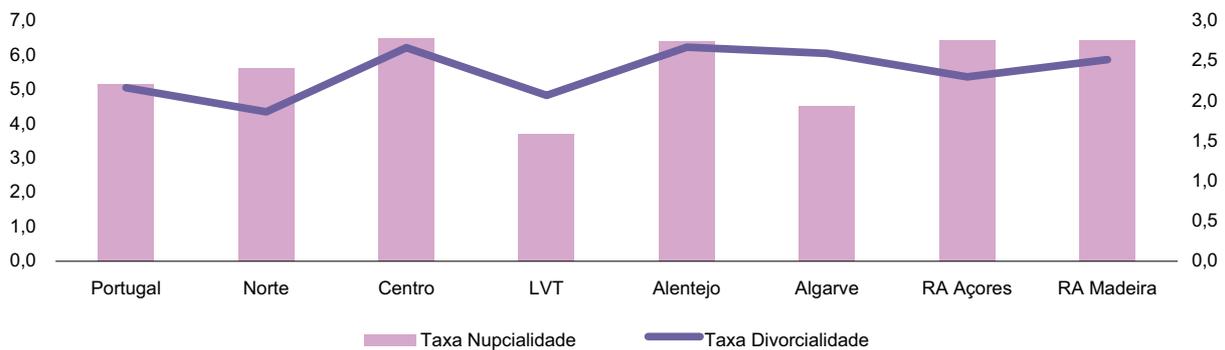


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Centro. No que se refere às taxas de divorcialidade é no Alentejo, no Centro e no Algarve que se encontram os valores mais expressivos ou seja, nas regiões em que os casamentos se celebram mais tarde.

Figura 6

Taxas Brutas de Nupcialidade e Divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2003



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População

O Norte regista simultaneamente uma taxa de nupcialidade elevada entre as regiões do Continente (5,6%) e a taxa de divorcialidade mais baixa do país (1,9%).

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causadas por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e o aumento de medidas de prevenção.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12,5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos o ambiente, os cuidados de saúde e as condições de vida. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes a vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico.

Em 2003, registaram-se 108 795 óbitos de residentes em Portugal, ou seja um acréscimo de 2,4 % face ao ano anterior.

A taxa bruta de mortalidade estabilizou à volta dos 10 óbitos por mil habitantes, valor que se insere na média comunitária⁵ (9‰ em 2003). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (15,2‰) e a mais baixa na região do Norte (8,9‰) em 2003.

Entre os países da UE as taxas mais elevadas observam-se na Lituânia (13,9‰), Estónia (13,5‰) e na Hungria (13,4‰) seguidas, de longe, pela Dinamarca (10,7‰) e a Suécia (10,6‰). Ao contrário, as taxas mais baixas encontram-se na Irlanda (7,2‰) e no Luxemburgo (8,4‰).

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade, Portugal, 1993-2003						
Anos	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Óbitos	105 950	99 232	103 475	106 881	104 778	106 198
Taxa de Mortalidade (‰)	10,6	9,9	10,3	10,6	10,4	10,5
Óbitos com menos de um ano	985	867	796	747	726	682
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	8,6	7,9	7,4	6,9	6,4	6,0
Esperança de vida à nascença (anos)						
Homens	71,00	71,45	71,83	71,65	71,86	72,23
Mulheres	78,24	78,51	78,95	78,97	79,13	79,40
Esperança de vida aos 45 anos (anos)						
Homens	30,10	30,32	30,72	30,63	30,76	31,03
Mulheres	35,35	35,59	35,96	35,90	36,06	36,32
Esperança de vida aos 65 anos (anos)						
Homens	14,32	14,43	14,71	14,66	14,76	14,94
Mulheres	17,65	17,82	18,11	18,05	18,22	18,43

Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Óbitos	107 871	105 364	105 092	106 258	108 795
Taxa de Mortalidade (‰)	10,6	10,3	10,2	10,2	10,4
Óbitos com menos de um ano	651	662	567	574	464
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,6	5,5	5,0	5,0	4,1
Esperança de vida à nascença (anos)					
Homens	72,46	72,89	73,39	73,68	74,00
Mulheres	79,57	79,90	80,37	80,56	80,57
Esperança de vida aos 45 anos (anos)					
Homens	31,14	31,40	31,78	31,91	31,94
Mulheres	36,40	36,60	36,98	37,13	37,10
Esperança de vida aos 65 anos (anos)					
Homens	14,97	15,18	15,55	15,68	15,68
Mulheres	18,46	18,64	19,01	19,15	19,07

Fonte: Estatísticas Demográficas

A partir de 1995 Portugal deixou de possuir a taxa de mortalidade infantil mais elevada entre os países da UE, aproximou-se dos padrões europeus, rondando os 5 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos. Em 2003, o nível de Portugal situa-se nos 4,1 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, valor que coloca o país, pela primeira vez, com uma taxa inferior à média comunitária, estimada⁶ para aquele ano (4,6‰) e igual à da zona euro. À Letónia (9,4‰), Eslováquia (7,9‰), surgem com as taxas mais elevadas, enquanto a Suécia (2,8‰), Finlândia (3,0‰) e Espanha (3,2‰) observam os níveis mais baixos. Dos países da Europa Sul apenas a Grécia (5,9‰) assume valores no indicador acima da média da EU. Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu aconselham alguma prudência na sua análise anual.

5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 1991 e 2003 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 3,3 anos para os homens e 2,6 anos para as mulheres e situou-se em 74,0 anos e 80,6 respectivamente, valores ainda afastados da média europeia⁷ (75,5 anos nos homens e 81,6 anos nas mulheres em 2002) e que o colocam na penúltima posição, no que concerne aos homens e num lugar intermédio para as mulheres.

O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (4,4%) do que entre as mulheres (3,8%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina.

Com o alargamento da Europa Comunitária aumenta a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia (77,9 anos) e para as mulheres em Espanha (83,7 anos), França e Itália, ambos com 82,9 anos. Os níveis mais baixos são pertença da Estónia e da Letónia e inferiores a 70 anos para os homens e 77 anos para as mulheres.

O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos em termos de anos de vida progridem. Esta evolução estendeu-se a todas as NUTS II, embora com diferente intensidade.

Em Portugal, é no Centro que tanto homens como mulheres viviam em média, em 2002/2003, o maior número de anos (74, 8 anos e 81,0 anos, respectivamente). Ao contrário, é nas regiões autónomas que em média se vive menos, não tendo os homens conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançaram os 77,5 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida no período de 1991 a 2003 observaram-se no Norte e quantificaram-se em 3,6 anos para os homens e 3,2 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (1,1 nos homens e 0,7 anos nas mulheres) que continua assim a ocupar a última posição em termos de vida média, nos homens com 68,3 anos.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 60 anos de idade vivam ainda mais 19,5 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 23,4 anos. Os ganhos foram idênticos nos dois sexos, face aos valores estimados no período anterior (2001/2002).

Nota-se um retrocesso na esperança de vida em 2002/2003, em algumas regiões sobretudo nas idades mais avançadas. A partir dos 65 anos os ganhos de vida em relação ao período anterior sofreram algumas quebras em todas as regiões com excepção de Lisboa e Vale do Tejo sobretudo as mulheres, situação que eventualmente pode estar relacionada com a onda de calor ocorrida no Verão de 2003.

O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progridem, mas, em Portugal as regiões com menor esperança de vida foram as que menos progrediram.

A relação da sobremortalidade masculina, isto é o excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2003 na idade exacta dos 30 anos, idade em que o risco de morte é praticamente igual a três homens por cada mulher. A relação da sobremortalidade masculina desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo tripla até atingir a idade dos 45 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente metade do observado aos 30 anos.

As razões desta longevidade prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina os tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres ultrapassada aquela fase que contrabalança todas as situações de stress,

Figura 7

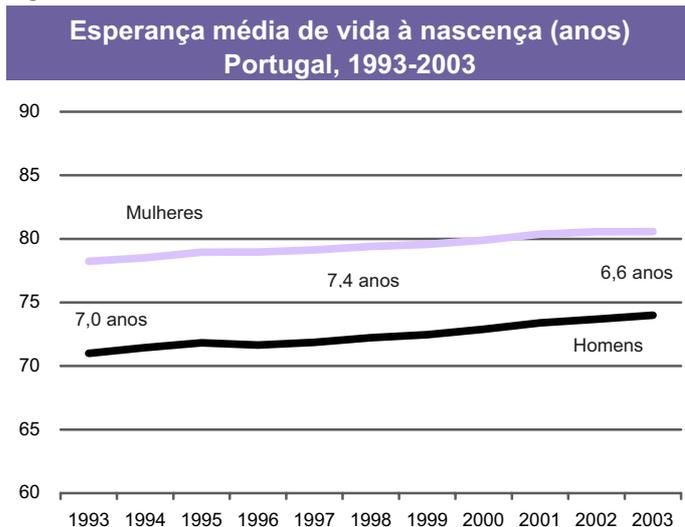
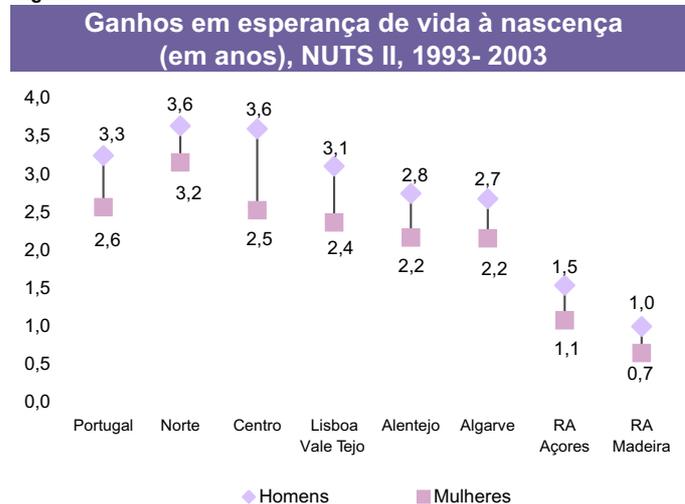


Figura 8



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

O aumento da esperança de vida tem sido transversal a todas as idades, destacando-se os acréscimos às idades exactas dos 20 e dos 45 anos, em ambas superiores a dois anos. A partir dos quarenta anos os ganhos de vida são sempre superiores nas mulheres alimentando a sobremortalidade masculina, embora com níveis mais ténues do que no passado, entre 1991 e 2003 o aumento de anos de vida dos homens e mulheres que sobreviveram até aos 50 anos foi praticamente idêntico ultrapassa os dois anos.

Actualmente estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam em média mais cerca de 16 anos enquanto para as mulheres a vida média esperada e à mesma idade, sobe para 19 anos. Enquanto que as mulheres que chegam aos 80 anos podem vir ver mais um ano do que em 1991, os homens conseguiram um ganho ligeiramente mais modesto (0,9 anos).

Estima-se que em 2003, de 100 000 nados vivos, só 91 478 homens alcancem a idade exacta dos 50 anos, número substancialmente inferior ao das mulheres que sobreviveram à mesma idade (96 307).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 80 anos (42 642), em 2003, é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991 (56 270).

Quadro 8

Esperança de vida e níveis de sobrevivência às diversas idades, 1991 - 2003												
Anos	e ₀ anos		e ₂₀		e ₅₀		e ₆₀		e ₇₀		e ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Esperança de vida (ex)												
1991/92	70,75	78,00	52,49	59,19	25,77	30,60	17,84	21,74	11,10	13,59	6,04	7,17
1995/96	71,65	78,97	52,94	59,90	26,33	31,27	18,26	22,31	11,41	14,05	6,14	7,46
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
2002/03	74,00	80,57	54,81	61,24	27,67	32,45	19,46	23,40	12,26	14,94	6,75	8,01
Anos	l ₀ anos		l ₂₀		l ₅₀		l ₆₀		l ₇₀		l ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Número de sobreviventes (lx)												
1991/92	100000	100000	97333	98401	88994	95027	80733	90919	63976	81585	34495	56270
1995/96	100000	100000	98026	98746	89489	95541	81871	91857	65748	83201	37147	59316
2000/01	100000	100000	98518	99056	90712	96082	83887	92750	69484	85110	41301	63051
2001/02	100000	100000	98609	99092	90976	96173	84174	92898	69948	85413	42063	63939
2002/03	100000	100000	98789	99112	91478	96307	84648	93035	70539	85661	42642	64334

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001, 2002 e 2003

As principais causas de morte, registadas em 2002, último ano para o qual existe informação disponível, são as doenças do aparelho circulatório, os tumores malignos e os acidentes de transporte. As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares são as responsáveis pelo maior número de óbitos em Portugal. Esta causa de morte é maioritariamente feminina. Em 2002, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos de idade em sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, reflexo da maior longevidade da mulher. Pode dizer-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Os tumores malignos da traqueia, brônquios e pulmões, da mama e do cólon não cessam de aumentar.

Quadro 9

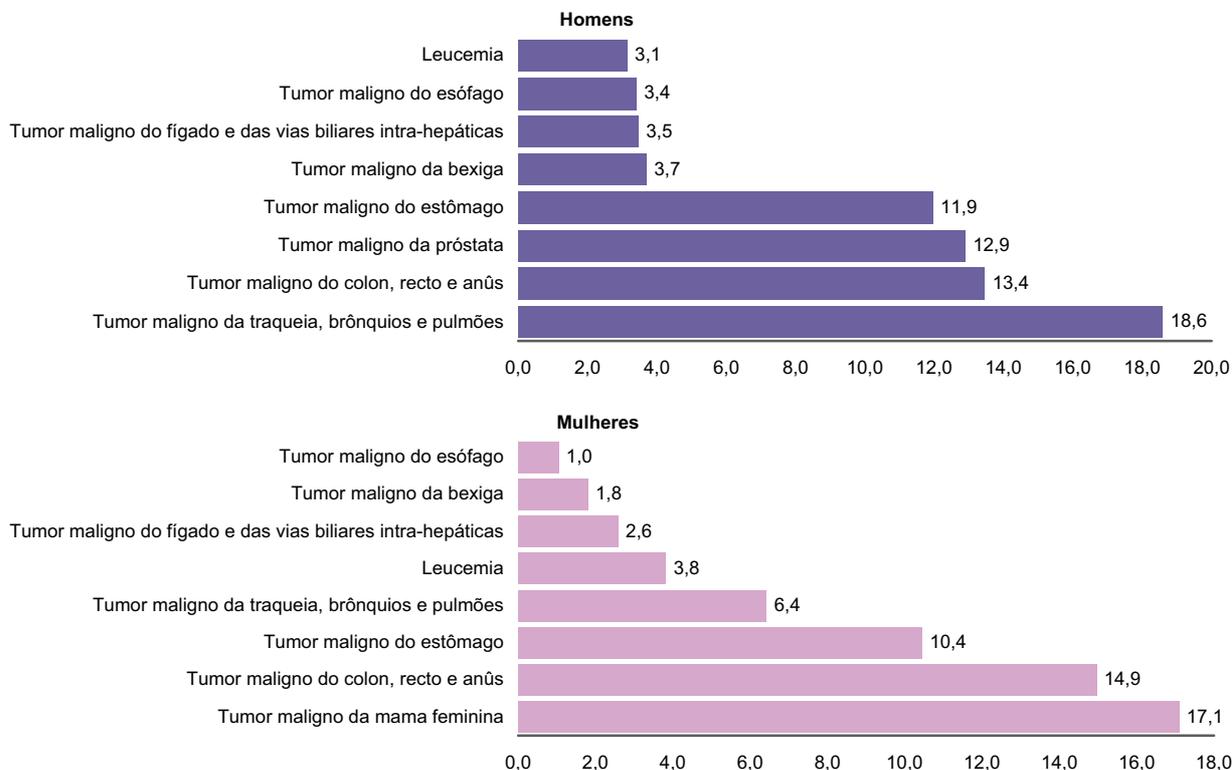
Principais causas de morte em Portugal - 2002							
Causas de Morte	CID - 10	2002			2002 (%)		
		HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	4-5	239	198	41	0,22	0,36	0,08
Tumores Malignos	25-44	22273	13201	9072	20,88	23,71	17,79
Tumor maligno do esófago	26	543	449	94	0,51	0,81	0,18
Tumor maligno do estômago	27	2524	1577	947	2,37	2,83	1,86
Tumor maligno do colon	28	3131	1775	1356	2,93	3,19	2,66
Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmões	32	3035	2453	582	2,84	4,40	1,14
Tumor maligno da mama feminina	34	1550	-	1550	1,45	0,00	3,04
Tumor maligno da próstata	38	1701	1701	-	1,59	3,05	0,00
Diabetes Mellitus	46	4447	1841	2606	4,17	3,31	5,11
Doenças do Aparelho Circulatório	53-57	39651	18207	21444	37,16	32,70	42,04
Doenças Isquémicas do Coração	53	9533	5261	4272	8,94	9,45	8,38
Outras doenças cardíacas	54	8339	3558	4781	7,82	6,39	9,37
Doenças cerebro-vasculares	55	19562	8438	11124	18,34	15,15	21,81
Doenças do aparelho respiratório	58-62	15250	5249	10001	14,29	9,43	19,61
Pneumonia	59	3538	1904	1634	3,32	3,42	3,20
Doenças do Fígado	64	2256	1659	597	2,11	2,98	1,17
Sintomas, Sinais e Afecções mal definidas	71	10032	4599	5433	9,40	8,26	10,65
Infecção por vírus humano de imunodeficiência	19	999	824	175	0,94	1,48	0,34
Outras Causas de Morte		11543	9909	1634	10,82	17,79	3,20
TOTAL DOS ÓBITOS		106690	55687	51003	100,00	100,00	100,00
Acidentes de transporte	E 73	2220	1739	481	38,67	41,18	31,69
Lesões autoprovocadas voluntariamente	E 78	1212	947	265	21,11	22,42	17,46
Causas externas	E74,75,76,77,79	1132	757	375	19,72	17,93	24,70
Todas as outras causas externas	E 80	1177	780	397	20,50	18,47	26,15
TOTAL CAUSAS E		5741	4223	1518	100,00	100,00	100,00

Fonte: INE - Estatísticas da Saúde, 2002

Dentre os tumores malignos o da traqueia, brônquios e pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (18,6%) e nas mulheres é o tumor maligno da mama que ocupa o primeiro lugar com (17,1%) seguidos do tumor maligno do cólon, recto e ânus com (14,9%) para os homens e (13,4%) para as mulheres. O tumor do esófago adquire um peso muito maior entre os homens (3,4%) do que nas mulheres (1,0%).

Figura 9

Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2002 (CID - 10)



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2001

Em 2002, registaram-se 2 220 óbitos por acidente de transporte (CID-10) concentrando-se mais de metade no grupo etário dos 15-44 anos (51%), ou seja na idade activa mais jovem. Esta causa de morte registou um acréscimo comparativamente ao ano anterior, sobretudo nos homens.

Quadro 10

Óbitos causados por acidentes de transporte, Portugal, 2002				
Idades	CID 10			
	HM	H	M	
15-19	158	130	28	
20-24	242	209	33	
25-29	233	195	38	
30-34	177	155	22	
35-39	160	143	17	
40-44	165	134	31	
45-49	138	106	32	
50-54	122	96	26	
55-59	106	78	28	
60-64	112	81	31	
15-64	1613	1327	286	
TOTAL	2220	1739	481	
15-19	100	82,3	17,7	
20-24	100	86,4	13,6	
25-29	100	83,7	16,3	
30-34	100	87,6	12,4	
35-39	100	89,4	10,6	
40-44	100	81,2	18,8	
45-49	100	76,8	23,2	
50-54	100	78,7	21,3	
55-59	100	73,6	26,4	
60-64	100	72,3	27,7	
15-64	100	82,3	17,7	
TOTAL	100	78,3	21,7	

Nota: Em 2002 utilizou-se a CID-10, onde apenas consta os acidentes de transporte totais.

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro efeito, e este mais imediato incide sobre a estruturas da população ou seja na repartição por sexo e idades e estão ligados às correntes imigratórias recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. Daí que a quantificação do fenómeno que se reconhece difícil, se torne cada vez mais exigente.

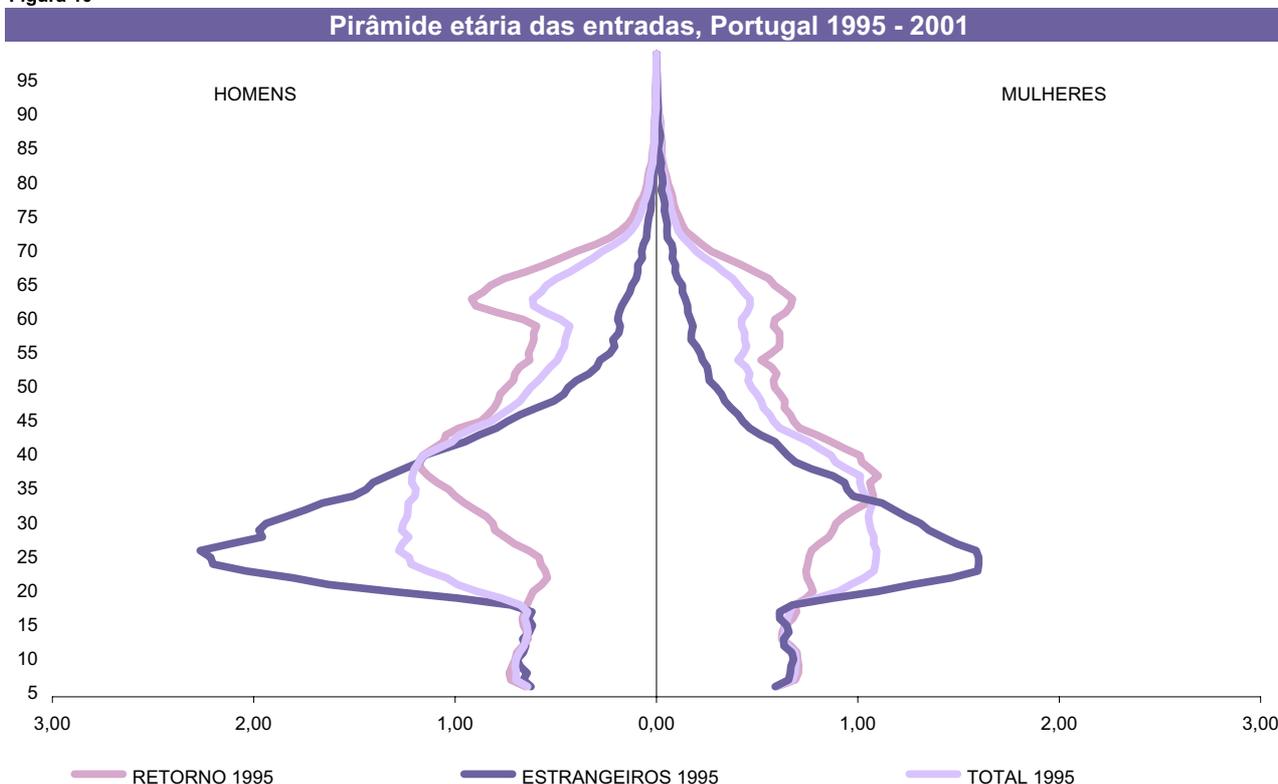
A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Sendo esta a população também mais afectada pela emigração portuguesa, o efeito sobre a estrutura da população em idade activa pode ser atenuado.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De um modo geral, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para

um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, nos anos mais recentes a relação de feminilidade desta população tem aumentado.

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que causam. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e das entradas de estrangeiros em Portugal e no regresso de portugueses recenseados em 2001 e a residirem em 1995 no estrangeiro.

Figura 10



As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001 confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51% das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e conseqüentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos.⁸No entanto a estrutura etária é bem diferente.

A idade mais avançada dos indivíduos com nacionalidade portuguesa pressupõe que estes fluxos se reportem a regresso de emigrantes. Os indivíduos de nacionalidade estrangeira são sobretudo homens no grupo compreendido entre os vinte e os quarenta anos.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2003 ascendia, segundo o SEF, a 250 143 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 4,7% comparativamente ao ano anterior, e inferior à registada de 2001 para 2002 (6,7%).

Quadro 11

Estrangeiros que legalizaram a residência, em Portugal, 1980 - 2003								
	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002	2003
Total	50 750	79 594	107 767	168 316	207 607	223 976	238 944	250143
Europa	15 380	22 082	31 412	44 869	61 709	67 121	72 229	77040
Alemanha	1 963	3 271	4 849	7426	10384	11160	11 871	12519
Bélgica	332	687	1036	1490	2115	2278	2 434	2542
Espanha	6 597	6798	7462	8887	12232	13653	14 607	15325
França	1 203	2 348	3239	4743	7194	7818	8 381	8849
Itália	750	880	1181	1918	3032	3384	3 775	4189
Países Baixos	620	1158	1827	2736	4077	4459	4 811	5092
Reino Unido	2 648	5053	8457	11486	14096	14946	15 896	16781
Outros países U.E.	60	95	194	493	1051	1307	1 616	2136
Ucrania				57	163	203	299	520
Roménia	4	11	28	123	369	508	618	766
Rússia	56	84	166	313	519	596	699	850
Outros países Europa	1 267	1 887	3 361	6 183	8 579	9 423	10 454	11 743
África	24 788	34 936	45 255	79 231	98 754	107 273	114 386	118163
Angola	1 482	3642	5306	15829	20407	22736	24 767	25635
Cabo Verde	21 022	24959	28796	38746	47092	49830	52 227	53572
Guiné Bissau	678	1974	3986	12291	15936	17783	19 222	20220
Moçambique	594	2144	3175	4368	4619	4726	4 865	4920
S.Tomé e Princ.	715	1423	2034	4082	5437	6304	6 968	7283
Total dos PALPS	24 491	34 142	43 297	75 316	93 491	101 379	108 049	111 630
Outros África	297	794	1 958	3 915	5 263	5 894	6 337	6 533
América Norte	3 826	7 871	8 993	10 853	10 201	10 187	10 143	10120
América Sul	5 579	11 684	17 376	25 867	27 419	28 856	30 424	32411
Brasil	3 608	6804	11413	19901	22222	23439	24 784	26503
Ásia e Oceânia	1 053	2 855	4 509	7 218	9 247	10 258	11 480	12124
DN/SN	124	166	222	278	277	281	282	285

Fonte:MAI/SEF

No que se refere às regiões de origem, pode verificar-se que, a grande maioria dos estrangeiros continuava a ser de origem africana proporção que aumentou sempre nos anos noventa para se situar em 47,8%, em 2001. A população cabo-verdiana constitui a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, embora tenha perdido importância relativa, em detrimento de outros países também de língua portuguesa (PALP'S). A proporção de cabo-verdianos registados era de 41,4% em 1980, representava praticamente metade da população africana baixando para 22,3% em 2001. Ao contrário, os imigrantes com nacionalidade angolana cresceram de 2,9% para 10,1% e os guineenses de 1,3% para 8,1%, no mesmo período.

Devido à intensidade do fenómeno migratório em situação irregular procedeu-se a duas operações de legalização extraordinária uma em 1992 e outra em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

De acordo com as informações do SEF em Outubro de 2003 decorreu o processo de legalização excepcional, com o objectivo único de regularizar a situação, segundo se prevê, de cerca de 30 000 cidadãos com nacionalidade brasileira, prevendo-se a concessão de permanência a cerca de 15 000 indivíduos.

Da Europa tiveram origem 30,8% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2003, facto que traduz ligeiros acréscimos durante os últimos anos. Os países da UE viram a sua importância relativa no total dos europeus recuar, passando de 29,2% em 1980 para 27,5%. Enquanto a proveniente dos países do leste europeu, não cessa de aumentar e duplicou durante o período (1,1% em 1980 e 4,7% em 2003).

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (6,7%), Espanha (6,1%) e Alemanha (5,0%) assumem as posições mais importantes, mantendo os mesmos valores nos últimos anos. Os nacionais do Brasil tiveram igualmente um peso relevante crescente: 7,3% em 1980 e 10,6% em 2003 e foram responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada a partir de 1982 e atinge os 4,6% em 2003. Os nacionais da China determinam este acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2003, 55,1% eram indivíduos do sexo masculino e 44,9% do sexo feminino contra 55,6% e 44,4% no ano anterior atenuando-se assim, a sobre representatividade masculina. A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 136 homens enquanto que a média de todas as nacionalidades se situa em 123 homens por cada 100 mulheres. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (112 homens por 100 mulheres). Dentro dos países da UE o número de

mulheres excedia o de homens nas nacionalidades espanhola, irlandesa e finlandesa a que se juntam as mulheres com nacionalidade brasileira. A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

Relevante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, num espaço de tempo curto, conhecer a estrutura etária da referida população.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*⁹ e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século.

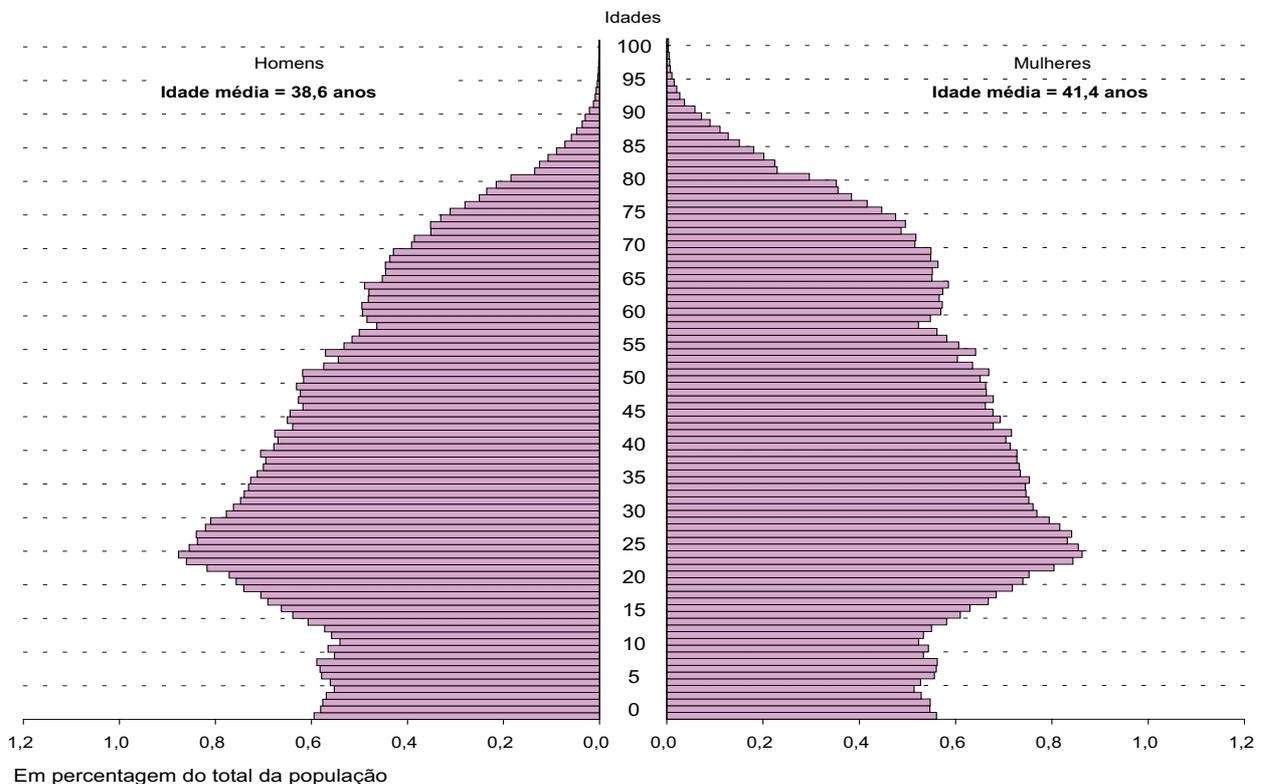
Adoptando uma média das correntes emigratórias permanentes e temporárias, pode apontar-se para um total de 118 080 saídas no período de 1994-2003, valores muito afastados dos verificados nos anos sessenta e início dos setenta do século vinte, quando só num ano se atingiu aquele quantitativo.

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 11

Pirâmide Etária população residente, Portugal, 2003



Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 38,6 anos, em 2003, nos homens, e de 38,2 anos

para 41,4 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2003, em 37 anos para os homens e 40 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. De facto, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem expressos na redução da população jovem, que em 1991 tinha um peso relativo de 19 % na população total e em 2003 apenas 15,7 %.

Figura 12

Taxa de crescimento natural,
Portugal, 2003

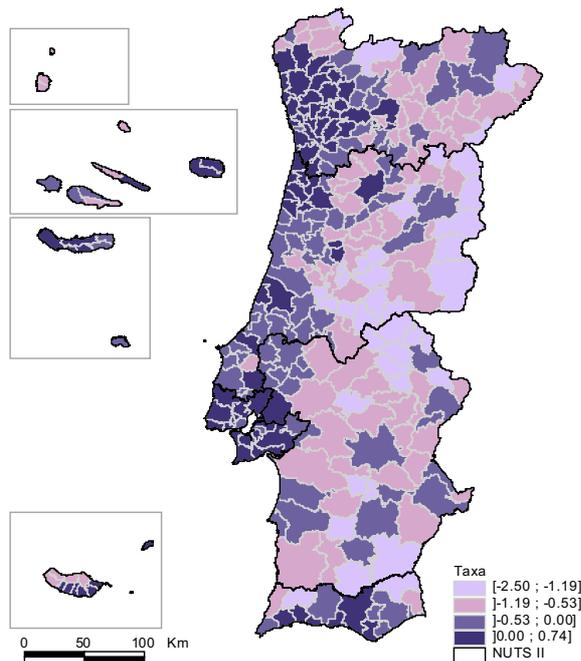
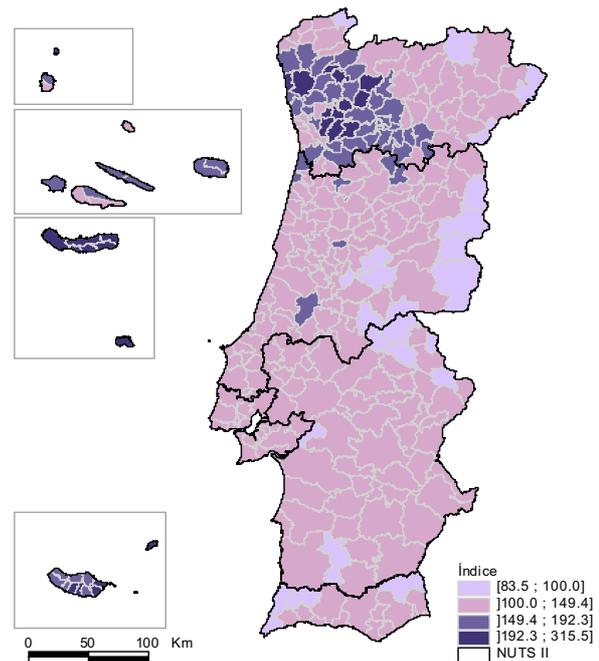


Figura 13

Índice de renovação da população em idade
activa, Portugal, 2003



Nas figuras 12 e 13 está bem expresso o efeito conjugado dos fenómenos da natalidade e da mortalidade com a estrutura etária da população a nível geográfico mais fino, o município. A análise com base na taxa de crescimento natural e no índice de renovação da população em idade activa que compara a população em idade activa mais jovem (20-29 anos) com a população em idade activa mais avançada (55-64 anos) e que permite medir a relação entre os que potencialmente entram no mercado de trabalho e os que potencialmente se encontram no final da vida activa.

Da análise ressalta que a taxa de crescimento natural é positiva sobretudo no litoral do país e no Algarve positiva, as regiões mais jovens. Em oposição é nas regiões de Alto Trás-os-montes, Pinhal Interior Sul, Baixo Mondego, Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Sul e no Alto e Baixo Alentejo que as taxas de crescimento natural são negativas ou seja nas mais envelhecidas.

As regiões em que a população em idade de entrada na vida activa não é potencialmente suficiente para substituir a que potencialmente atingiu a idade de sair da vida activa, situam-se nas zonas interiores do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve, áreas com crescimento natural negativo. Em 2003, ainda se nota uma coincidência das manchas correspondentes aos níveis mais elevados das taxas de crescimento natural e do índice de renovação, embora restrita às regiões Norte litoral, aos Açores e à parte sul da Madeira.

Os municípios em que a população em idade de entrada na vida activa não é potencialmente suficiente para substituir a que potencialmente atingiu a idade de sair da vida activa, situam-se nas zonas interiores do Norte, do Centro, do Alentejo e do Algarve. Melgaço, Vinhais, Vimioso, Almeida, Sabugal, Penamacor e Alcoutim figuram entre os municípios que têm um índice inferior a um.

Na quase totalidade dos municípios (200), ou seja em 65%, do total asseguram a renovação da população em idade activa, mas estão no valor limite que permite garantir a renovação situando-se entre 1 e 1,49.

Em oposição a população em idade activa dos 15-64 anos, aumentou a importância relativa entre 1991 e 2003, passando de 66% a 67,4%, registando uma ligeira baixa comparativamente a 2002.

Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar.

De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 13,0% em 2003 (13,4% em 2002) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 54,5% (54,1% em 2002).

Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica evolução. A população dos 15-44 anos desce 43,3 % em 2003 (de 43,6% em 2002). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta de 24% para 24,1% no mesmo período. Este comportamento permite concluir que a população em idade activa está a envelhecer.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava no início do período de observação, cerca de 14%, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 16,8% em 2003. Dentro da população idosa o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem evidenciado na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos que passou de 7% para 7,2%. A evolução foi mais acentuada entre as mulheres (6,6% em 1991 e 8,6% em 2003).

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa em 2003 eleva-se a 21,8% sendo 18,5% nos homens e 24,2% nas mulheres reflectindo o fenómeno da sobremortalidade masculina, sendo em 2002, de 18,3% e 24,2% respectivamente para homens e mulheres.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 1993 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 79 idosos, em 2003 o rácio eleva-se para 107 idosos.

Quadro 12

Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, 1993 - 2003											
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
0 - 14	18,4	17,9	17,5	17,1	16,8	16,5	16,2	16,0	15,9	15,8	15,7
15 - 64	67,2	67,3	67,5	67,6	67,7	67,7	67,7	67,6	67,6	67,5	67,4
65 e +	14,5	14,7	15,0	15,3	15,6	15,8	16,0	16,4	16,5	16,7	16,8
75 e +	5,5	5,7	5,9	6,0	6,2	6,4	6,5	6,8	6,9	7,0	7,2
80 e +	2,9	3,0	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,4	3,5	3,6	3,7
Índice de envelhecimento	78,7	82,1	85,8	89,2	92,7	95,9	98,8	102,2	104,2	105,5	106,8
Índice de dependência total	48,9	48,5	48,2	47,9	47,8	47,7	47,6	47,8	48,0	48,1	48,3
Índice de dependência jovens	27,4	26,6	25,9	25,3	24,8	24,3	24,0	23,6	23,5	23,4	23,3
Índice de dependência idosos	21,5	21,9	22,2	22,6	23,0	23,4	23,7	24,2	24,5	24,7	24,9

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001, 2002 e 2003

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem. O indicador passou de 94 idosas por cada 100 jovens em 1993, para 127 em 2003. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está evidenciada no índice de dependência total que desceu de 49 em 1993 para 48 dependentes em 2003. Este indicador contém duas evoluções contrárias; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 27 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa natalidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 22 para 25, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

O índice de envelhecimento assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2003 de 62 idosos por cada 100

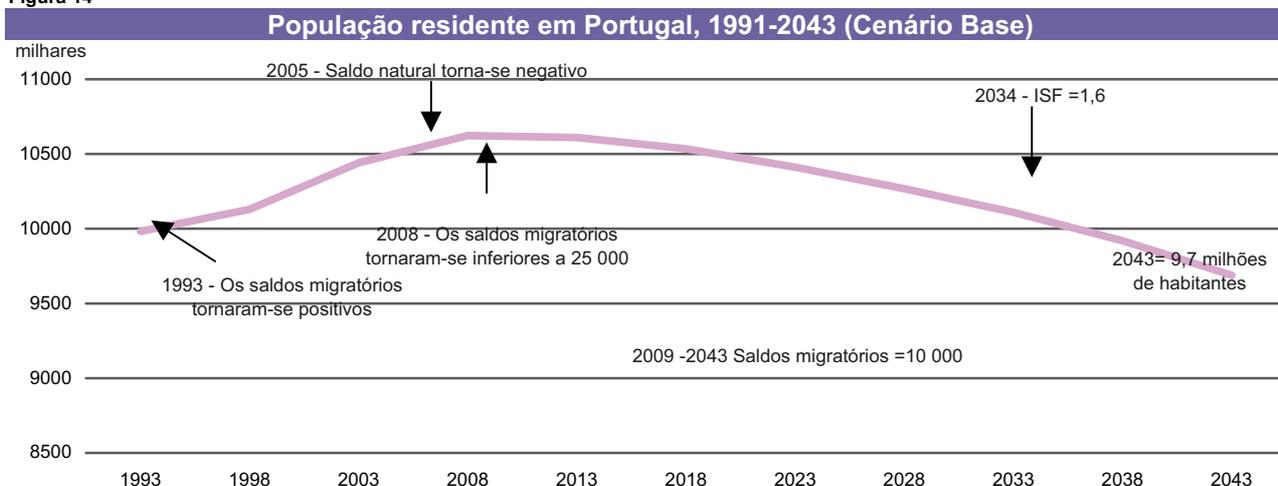
jovens na Região Autónoma dos Açores a 181 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido¹⁰.

O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornaram constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

Prevê-se que a população residente em 2043 diminua para 9 688,3 milhares de indivíduos, número bastante inferior ao de 1993. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,0% e a população idosa aumentará para 30,0% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 231 idosos por cada 100 jovens.

Figura 14



Fonte: INE, Projecções da População Residente, 2000-2050

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,92 criança por mulher a população situar-se-á em 10 265,2 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (28,3%) e o índice fixar-se-á em 187 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve.

Conclusões

Assiste-se em Portugal, a um crescimento contínuo da população, tendo o ritmo acelerado a partir do final dos anos noventa, para se tornar mais lento em 2003. Esta evolução resulta dos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses. Desde 1992, que o saldo migratório é superior ao saldo natural.

Há mais de vinte anos que a fecundidade é baixa, com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. A esperança média de vida continua a aumentar, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres. As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade durante a segunda metade do século passado, provocaram o agravar do envelhecimento da população residente em Portugal. Desde o início do século XXI que a proporção de pessoas idosas excede a de população jovem.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, a precaridade de emprego são factores que pesam na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e conseqüente dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social deu uma maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Em Portugal nascem cada vez menos crianças, os filhos dos imigrantes ganham peso no número anual de nascimentos, o filho único é a opção predominante, a proporção de nascimentos com coabitação dos pais eleva-se, os pais são mais velhos e escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade, e divorciam-se mais. No que se refere ao padrão da fecundidade a maternidade depois dos trinta é mais frequente e a das adolescentes permanece elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente.

Portugal tornou-se recentemente um país de imigração, mas continua um país de emigração, sobretudo de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento da população, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível.

A fixação em Portugal de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas baixas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, tem-se conhecimento, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem.

As projecções disponíveis apontam para a diminuição da população e para o agravar do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e os saldos migratórios continuarem positivos.

O envelhecimento demográfico e a imigração são os grandes desafios que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais se tem que preparar de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos e para todas as idades.

Referências Bibliográficas

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2003) “A Situação Demográfica Recente em Portugal” Revista Estudos Demográficos nº 34, INE, Lisboa.

CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.

CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2002) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.

CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.

CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je?, Presses Universitaires de France, Paris.

CONSEIL DE L'EUROPE (2002), *Évolution Démographique Récente en Europe 2001*, Éditions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.

DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.

EUROSTAT, (2004), *Statistiques de population*, thème 3 *Population et Conditions Sociales*, Luxemburgo.

EUROSTAT, (2004), *First results of the demographic data collection for 2003 in Europe* thème, 3 *Population and Social Conditions*, 13/2004, Luxembourg.

INE (2004), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2003, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2003), *Revista de Estudos Demográficos n 33*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (2001), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.

INE (1999), “*As Gerações Mais Idosas*”, Série Estudos nº 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.

INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE, *Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE (2004) *Projeções de População Residente, Portugal e NUTS II, 2000-2050*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

LECAILLON, Jean-Didier (1992), *Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines*, Éditions Litec, Paris.

NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.

SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je?, 14^a edição, Presses Universitaires de France, Paris.

TRIBALAT, Michèle (1996) in *Chronique de l'Immigration, Population*, n^o1, 1996, INED, Paris.

SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob (1976), *The Methods and Materials of Demography*, Academic Press Inc., Washington DC.

Notas

¹ Eurostat (2004)- *Statistics in Focus, Population and social conditions*, 12/2004.

² Sobre esta temática consultar INE (2004) "Estimativas Provisórias de População Residente, 2003, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios", Lisboa Julho 2004.

³ Eurostat (2004)- *Statistics in Focus, Population and social conditions*, 12/2004

⁴ Eurostat (2004)- *Statistics in Focus, Population and social conditions*, 12/2004, não estão disponíveis os valores para o Reino Unido e Chipre.

⁵ Eurostat (2003)- *Statistiques en Bref- Theme*, 20-2003

⁶ Eurostat (2003)- *Statistiques en Bref- Theme*, 20-2003

⁷ Eurostat (2003)- *Statistiques en Bref- Theme*, 20-2003

⁸ Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" neste número da Revista.

⁹ Decreto-lei 438/88

¹⁰ INE (2003) *Projecções de População Residente, 2000-2050*, Lisboa Abril de 2003.

